

Unidade de Governo

11.XI.52

O pitoresco incidente ocorrido entre o ministro da Educação e o da Agricultura merece muito mais do que comentários brejeiros, pois revela, antes de tudo, uma profunda anomalia em nosso mecanismo de govêno.

Govêno é, antes de tudo, coordenação, unidade de ação. Tudo é solidário na vida coletiva e nenhuma providência se pode considerar isoladamente, em si mesma, porque inúmeras e, às vezes, graves podem ser as suas repercussões. Sendo pessoal o govêno no sistema presidencial, do chefe do Estado, exclusivamente, depende a sua unidade. É o Presidente da República quem dispõe e ordena, não passando de meros auxiliares os seus ministros. Há um só pensamento e êste pensamento é o que se realiza.

À primeira vista, portanto, nenhum govêno, mais que o presidencial, poderia apresentar a unidade, a perfeita coordenação que deve caracterizar o bom govêno. Todos os atos emanam de um centro unico e permanente, que não sofre oscilações, mutações ou contradições — o Presidente da República. Mas muita distância vai da teoria à pratica, principalmente à pratica hodierna. Tempo houve em que pareceu possível a um só homem abranger com a sua mente todos os problemas administrativos. O presidente, por si só, podia conceber e elaborar o pensamento governativo, a seus ministros destinando apenas a tarefa de o pôr em obra. Hoje, porém, tão complexa se tornou a vida publica e tamanha está sendo a intervenção do Estado nas diversas esferas da atividade humana, que difficilmente o espirito de um individuo poderá abarcar todas as funções do Estado.

Desta impossibilidade material decorre a fragmentação da unidade do govêno no sistema presidencial. Cada ministro opera mais ou menos livremente em seu setor proprio, cada ministro faz o seu govêno, em contradição muitas vezes, com os dos outros ministros. Chega-se, dest'arte, a um paradoxo: o govêno pessoal, por excelencia, é também o menos unitario.

Se estas são as condições habituais do govêno presidencial na epoca presente, a falta de unidade chega à dispersão, quando na Presidencia da República esteja um homem comodista, displicente, epicurista, que no govêno só veja um instrumento de poder. Deixa, então, de existir govêno, para haver somente, gôzo, fruição de govêno. É o que estamos verificando agora. Por certo, o sr. Horacio Lafer tem uma politica financeira. Poder-se-á, porém, dizer que a dele seja a politica financeira do govêno? Não, pois, frequentemente outros membros do govêno, quando não o proprio chefe dele, a desmentem ou a desvirtuam, com os atos que praticam. E, no episodio que estamos comentando, mais do que competição e rivalidade entre dois Ministerios, em materia de educação rural, o que deveria haver é colaboração, se realmente houvesse govêno e cada ministro não procurasse, apenas puxar a braza para a sua sardinha, fazendo jogo puramente pessoal.

O sistema presidencial já não pode, assim, assegurar ao governo verdadeira unidade. Não o consegue com governantes normais e comuns e, muito menos, com homens pouco dispostos, à dedicação e ao sacrificio. Somente o govêno de gabinete, ou, para usar uma expressão da moda, mas nada vernacula, sómente um govêno de "equipe" pode hoje garantir a indispensável unidade. Neste sistema, constitui-se o govêno em torno de um programa administrativo pelo qual todos os ministros são igualmente responsaveis, já que o elaboraram e por êle se comprometeram perante o parlamento. Cada ministro, no seu departamento, como cada operario na construção

duma casa, tem a sua tarefa particular, mas todos visam um objetivo comum e predominante.

Assim, no caso da educação rural, tarefa disputada por dois ministerios distintos — o da Agricultura e o da Educação — não chegaria a manifestar-se a contenda e se resolveria serenamente no seio do gabinete, já que interesse comum de todos os ministros (e não só dos disputantes) seria que a educação rural se atendesse da melhor maneira possível, sendo indifferente que a um ou outro ministerio coubesse dirigi-la. A unidade do govêno nunca seria quebrada, porque, em vez de repousar nas insuficiencias de um só individuo, assentaria na indispensavel solidariedade de um collegio de ministros. E no seio dêste morreriam as divergencias, que não chegariam a ecoar cá fora.

O espetaculo da pugna ministerial, a que há dias assistimos entre divertidos e contristados, muito se deve ao feitico pessoal do sr. Getulio Vargas, mas somente o regime atual o possibilitou. Não se conceberia tal cousa no govêno de gabinete, de qual a solidariedade dos ministros é um dos predios caracteristicos.